



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 947, DE 2024**

**(Do Sr. Delegado Bruno Lima)**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV (...)” para incluir a instalação ou criação de espaços de convivência para animais domésticos, no entorno dos empreendimentos do PMCMV, e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-946/2024.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº            de 2024**  
**(Do Sr. Delegado Bruno Lima)**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que “*Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (...)*” para incluir a instalação ou criação de espaços de convivência para animais domésticos, no entorno dos empreendimentos do PMCMV, e dá outras providências.

Apresentação: 22/03/2024 19:50:02.490 - MESA

PL n.947/2024

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o inciso V, ao §5º-A da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 5º-A. ....

*V – a existência ou compromisso do poder público local de instalar ou criar espaços de convivência para animais domésticos, no entorno do empreendimento.”*

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,            de            de 2024.

**DELEGADO BRUNO LIMA – PP/SP**  
**DEPUTADO FEDERAL**



## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem como mote incluir a instalação ou criação de espaços de convivência para animais domésticos, no entorno dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para tanto, busca-se alterar a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Excelências, a Carta Cidadã em seu artigo 225, VII, impõe ao Estado a obrigação de garantir a todos o *“direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações”*, e mais, impõe ao Poder Público o dever de *“proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”*.

Ora, segundo estimativas do Governo Federal o *“Brasil possui cerca de 55 milhões de cães e 24 milhões de gatos, o que corresponde a mais de 56% do total de animais de estimação do país.”*<sup>1</sup>, neste sentido, é imperiosa a execução de políticas públicas para fomentar o bem-estar animal, em especial, em parques e equipamentos públicos próximos a empreendimentos fomentados e/ ou financiados pelo Estado por meio do PMCMV que, por sua vez, tem como escopo garantir o acesso à moradia à população menos abastada.

Diante disso, no âmbito da proteção dos animais, verificamos a necessidade de se sensibilizar o Poder Público a respeito da necessidade de haver espaços de convivência e equipamentos públicos voltados para a população e os seus pets nos empreendimentos executados e/ ou financiados

1 Acessado em 09/01/2023 às 14h18: <https://www.gov.br/mma/pt-br/mma-investe-em-politicas-publicas-de-protecao-a-caes-e-gatos>



pelo Poder Público, garantindo o bem-estar da população e dos seus animais de estimação.

Sala das Sessões, de de 2024.

**DELEGADO BRUNO LIMA – PP/SP  
DEPUTADO FEDERAL**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 11.977, DE 7 DE  
JULHO DE 2009**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009-07-07:11977>

**FIM DO DOCUMENTO**